

N. PROCESSO	TRIBUNAL	AUTOR / EXEQUENTE	RÉU/EXECUTADO	NATUREZA	PEDIDO	VALOR	FASE / OBSERVAÇÕES	valores expectáveis receber ou pagar	Advogado
1335/12.5BELRA	TCASul	Marco Paulo Oliveira Rosas	Município da Nazaré	Administrativa (Recursos jurisdicionais de ações administrativas)	"....a) Acto de Licenciamento referente aos processos de obra 79/00, datado de 24.07.2001, da autoria do Presidente da Câmara Municipal da Nazaré; b) Acto de alterações ao licenciamento original do processo de obras 79/00, datado de 13.08.2002, da autoria do Presidente da Câmara Municipal da Nazaré; c) Acto de Aprovação do destaque no processo de obras 79/00, datado de 21.12.2000, da autoria do Presidente da Câmara Municipal da Nazaré; d)Acto de Licenciamento referente aos processos de obra 110/01, datado de 16.04.2002, da autoria do Presidente da Câmara Municipal da Nazaré; e) Acto de alterações ao licenciamento original do processo de obras 110/01, datado de 30.09.2004, da autoria do Presidente da Câmara Municipal da Nazaré".	€ 30 000,01	Sentença proferida em 11 de Agosto de 2021, que julgou totalmente improcedente a ação e, em consequência, absolveu o Município da Nazaré dos pedidos. Em 4 de Outubro de 2021, o Autor Marco Paulo Oliveira Rosas interpôs recurso desta decisão, tendo o Município da Nazaré apresentado contra-alegações em 25 de Novembro de 2021. Este processo aguarda a prolação de Acórdão, sendo certo que, paralelamente, as partes lograram celebrar acordo escrito que engloba vários processos em curso.Com referência a este recurso, que pende na Secção de Contencioso Administrativo - Subsecção Administrativo Comum do TCA Sul, o Recorrente Marco Paulo Oliveira Rosas não desistiu do mesmo, que se manterá até que seja proferida decisão judicial e transite em julgado, sem embargo de ter renunciado, de forma irrevogável, no caso de procedência, à execução de sentença e ao direito de reclamar do Município, por qualquer via, designadamente por via de invocação de causa legítima de inexecução, a qualquer direito compensatório, indemnizatório ou de qualquer outra natureza, seja a que título for.	Face ao acordado, mesmo que o Acórdão do TCASul venha inverter a decisão proferida em1.ª instância, não se prevê impacto financeiro	
316/12.3BELRA	TCASul	Ricardo Gomes, Lda.	Município da Nazaré	Administrativa (Recursos jurisdicionais de ações administrativas)	"Seja declarada da nulidade do ato administrativo contido no despacho proferido pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal da Nazaré em 30 de Setembro de 2004 (processo de obras particulares nº 57/2003).; Seja declarada, atenta a ineficácia jurídica insita ao ato nulo.....; Seja ainda declarada a nulidade do ato administrativo contido no despacho datado de 17 de Março de 2010.....; Seja ordenada a cessação de utilização da fração "A" do prédio urbano....".	€ 5 001,00	Sentença proferida em 20 de Agosto de 2020, que julgou procedente a exceção dilatória de caducidade do direito de ação, absolvendo o Município da Nazaré e o Contrainteresado Hélder Maximiano Henriques Neves da instância. Em 6 de Outubro de 2020, a Autora Ricardo Gomes Lda. interpôs recurso desta decisão, tendo o Município da Nazaré apresentado contra-alegações em 19 de Novembro de 2020. Este processo aguarda a prolação de Acórdão.	Não se prevê que o Acórdão do TCASul venha inverter a decisão proferida em1.ª instância, pelo que não se prevê impacto financeiro	
1543/13.1BELRA	TCASul	José Maria Barros Carepa	Município da Nazaré	Administrativa (Recursos jurisdicionais de ações administrativas)	"1 - A Anulação do acto administrativo impugnado. 2 - A condenação da Município Réu no deferimento da pretensão da opção pelo A. de remuneração do vencimento do cargo de origem e no pagamento ao A. do diferencial entra a remuneração correspondente a esse cargo de origem e a que auferiu no período de temporal em exerceu funções como Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência da Câmara do Município Réu... 3 - A condenação do Município Réu no pagamento ao A. dos juros vencidos e vincendos, à taxa legal, sobre as quantias mensalmente vencidas a esse título..."	€ 30 000,01	Por sentença de 07.10.2019, foi o Município da Nazaré absolvido de todos os pedidos formulados pelo Autor. Por não concordar desta decisão, veio o Autor a interpor recurso em 14.11.2019. Este processo aguarda a prolação de Acórdão.	Não se prevê que o Acórdão do TCASul venha inverter a decisão proferida em1.ª instância, pelo que não se prevê impacto financeiro	
373/14.8BELRA-A (Execução de Sentença)	TCASul	VALORSUL	Município da Nazaré	Administrativa (Execução de julgados - Pagamento de quantia pecuniária)	"...Feita a subtração do montante pago, e imputando-se aos juros e ao capital em dívida, deve a execução proceder pelo montante de € 202.611,58 devido pelo executado à exequente, acrescido de juros de mora vincendos até integral pagamento."	€ 202 611,58	Por sentença de 07.10.2019, foi o Município da Nazaré absolvido de todos os pedidos formulados pelo Autor. Por não concordar desta decisão, veio o Autor a interpor recurso em 14.11.2019. Este processo aguarda a prolação de Acórdão.	Não se prevê que o Acórdão do TCASul venha inverter a decisão proferida em1.ª instância, pelo que não se prevê impacto financeiro	
1664/17.1BELRA	TAF Leiria	Élva Nobre Castro e Silva	Município da Nazaré e Presidente da Câmara	Administrativa (Impugnação de atos administrativos)	" 1- Ser declarado nulo o ato consubstanciado na deliberação do Presidente da Câmara Municipal da Nazaré, datado de 5/9/2017, que deliberou a demolição e tomada de posse administrativa do imóvel de sua propriedade, sito na Rua dos Bombeiros Voluntários da Nazaré/estrada da Cela n.º 21 da Freguesia da Nazaré, concelho da Nazaré, inscrito na matriz sob o artigo 987, e descrito na conservatória do registo predial da Nazaré com o número 2880; 2- Caso assim se não entenda, deverá ser declarada a anulação ato o ato consubstanciado na deliberação do Presidente da Câmara Municipal da Nazaré, datado de 5/9/2017, que deliberou a demolição e tomada de posse administrativa do imóvel de sua propriedade, sito na Rua dos Bombeiros Voluntários da Nazaré/estrada da Cela n.º 21 da Freguesia da Nazaré, concelho da Nazaré, inscrito na matriz sob o artigo 987, e descrito na conservatória do registo predial da Nazaré com o número 2880.; 3- Deverão os Réus ser condenados solidariamente no pagamento de uma indemnização à Autora no montante de 600.000,00€. 4- Caso assim se não entenda, deverá o 1.º Réu ser condenado no pagamento de uma indemnização à Autora no montante de 600.000,00€."	€ 600 000,00	Este processo, neste momento, aguarda marcação de Audiência de Julgamento.	O processo ainda não dispõe de elementos suficientes que permitam perceber qual o sentido da decisão. Se a decisão for desfavorável ao Município haverá impacto financeiro.	
650/18.9BELRA	TCASul	CONURMA - Construções e Urbanizações da Maceira, Lda.	Município da Nazaré	Administrativa (Impugnação de atos administrativos)	Ser declarado nulo o acto proferido em 05.03.2018 pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, no qual, sob a forma de notificação, a Autora foi intimada para pagar ao Município Réu a quantia de € 14.339,68, correspondente ao custo por este suportado com intervenções efectuadas na Estação Elevatória da Rua dos Galeões, na Nazaré, na sequência de posse administrativa do dito equipamento ao abrigo do disposto no artigo 108.º do Regime Jurídico da Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, em diante RUJE, OU, quando assim se não entender, ser o mesmo declarado anulado, com as demais consequências legais.	€ 14 339,68	Por sentença judicial de 08 de Março de 2023, a acção foi julgada totalmente procedente e, em consequência, anulou o ato impugnado. Por tal facto, o Município interpôs recurso da decisão, estando, neste momento, a aguardar a prolação de acórdão pelo TCA Sul.	Não se prevê Impacto financeiro direto para o Município, mesmo que a decisão se mantenha	
659/18.2BELRA	TAF leiria	Fernando Afonso Coelho	Município da Nazaré e Presidente da Câmara	Administrativa (Condenação à prática de atos administrativos devidos)	"1- Ser declarado nulo o ato consubstanciado na deliberação da Câmara Municipal da Nazaré, datada de 26/02/2018 e notificada ao Autor a 9/03/2018. 2- Caso assim se não entenda, deverá ser declarada a anulação do ato administrativo consubstanciado deliberação da Câmara Municipal da Nazaré, datada de 26/02/2018 e notificada ao Autor a 9/03/2018. 3- Deverá o 2.º Réu ser condenado a proferir ato administrativo que determine a execução da demolição das obras ilegais pelo Município, e a tomada de posse administrativa do prédio urbano sito na Rua Abílio Mattos e Silva, lote 12, Pedreira 2450-060 Nazaré da Freguesia da Nazaré, concelho da Nazaré, inscrito na matriz sob o artigo 6729, e descrito na conservatória do registo predial da Nazaré com o número 873, propriedade da contrainteresada, para fins de execução da demolição das obras ilegais pelo Município, conforme decidido pelo 2.º Réu - anexo/garagem e muro, a expensas da contrainteresada."	€ 30 000,01	Aguarda elaboração do despacho saneador.	Não se prevê Impacto financeiro direto para o Município, ainda que possa ocorrer uma condenação a proceder a obras de demolição	
1126/19.2BELRA	TAF Leiria	Catarina Botelho Pescadinha	Câmara Municipal	Administrativa (Impugnação de atos administrativos)	"1, A nulidade da presente decisão administrativa que ordenou a demolição 2. A nulidade do processo administrativo n.º 759/17 e do processo contraordenacional n.º 81/CO/2017"	€ 30 000,01	Por despacho de 12.11.2025, foi dada sem efeito a data agendada para a Audiência de discussão e julgamento (24 de Novembro de 2025). Este processo, neste momento, aguarda nova marcação.	Este procedimento não implica pagamento de qualquer valor por parte do município (sem prejuízo de custas de parte, que não é expressivo)	
1132/19.7BELRA	TAF Leiria	David Filipe Veríssimo Esgaio e Tânia Filipa Borges Rocha	Câmara Municipal de Nazaré, Serviços Municipalizados e ITU – Imobiliária e Turismo, Lda,	Administrativa (Responsabilidade civil)	"Ser a presente acção administrativa julgada procedente, por provada, e em consequência serem os Réus condenados solidariamente a pagar aos Autores uma indemnização no valor de € 7.990,00 (Sete mil novecentos e noventa euros), acrescido dos juros de mora, calculados à taxa legal em vigor, que se vencerem até efectivo e integral pagamento; b) Caso se venha a apurar que a responsabilidade pertence apenas a um dos Réus, deve ser a 1.ª Ré condenada a pagar à Autora o valor de € € 7.990,00 (Sete mil novecentos e noventa euros), acrescido dos juros de mora, calculados à taxa legal em vigor, que se vencerem até efectivo e integral pagamento; c) Caso seja julgado improcedente o pedido referido na alínea precedente, ser a 2.ª Ré, nos termos do disposto no artigo 554.º do CPC, condenada a pagar à Autora o valor de € 7.990,00 (Sete mil novecentos e noventa euros), acrescido dos juros de mora, calculados à taxa legal em vigor, que se vencerem até efectivo e integral pagamento; d) Caso sejam julgados improcedentes os pedidos referidos nas alíneas b) e c), ser a 3.ª Ré, nos termos do disposto no artigo 554.º do CPC, condenada a pagar à Autora o valor de € 7.990,00 (Sete mil novecentos e noventa euros), acrescido dos juros de mora, calculados à taxa legal em vigor, que se vencerem até efectivo e integral pagamento; e) Serem os Réus condenados solidariamente a pagar as custas judiciais do processo, incluindo eventuais custas de parte; f) Em alternativa, ser o Réu que vier a ser considerado responsável, no âmbito dos pedidos subsidiários formulados pelos Autores, condenado a pagar as custas judiciais do processo, incluindo eventuais custas de parte;"	€ 7 990,00	Aguarda marcação de Audiência Prévia / Audiência de Julgamento.	Discute-se se a responsabilidade dos prejuízos é do Município/SMAS ou da entidade Loteadora pois ainda não há receção provisória das infraestruturas. Face ao valor em causa, propõe-se não provisionar.	

1462/19.8BELRA-A	TAF Leiria	Carlos Manuel da Costa Simões e outros	Município da Nazaré	Administrativa (Impugnação de atos administrativos)	"A- Ser o Acto Administrativo considerado inválido; B- Ser declarada a nulidade do Acto Administrativo; C- Ser declarada a Ineficácia do Acto Administrativo; D- Ser o Acto Administrativo declarado ineficaz em relação ao 2º Autor, António Simões; E- Sem conceder, considerar o ato administrativo ferido de anulabilidade, por violação do ordenamento jurídico e da lei aplicável."	€ 30 000,01	Face ao falecimento do Autor Carlos Manuel da Costa Simões, o Tribunal determinou, por despacho de 11.11.2025, a suspensão da instância, pelo que, neste momento, os autos aguardam que os herdeiros deste sejam habilitados no processo. Uma vez habilitados, o processo seguirá para marcação de audiência prévia / julgamento.	Este procedimento não implica pagamento de qualquer valor por parte do município	
568/22.OBELRA	TAF Leiria	Gestoliva SA	Município da Nazaré	Administrativa	"a) Deve o ato ora impugnado ser anulado, por se encontrar ferido pelos vícios suprarreferidos e, cumulativamente, b) Deve o Réu ser condenado, ao abrigo do n.º 1 do artigo 7.º do CPTA, a deferir o requerimento da Autora e a ordenar a emissão de certidão que: b.1) ateste que a obra é efetuada no âmbito do RRU, e que o imóvel objeto desta mesma obra, sito na Avenida Vieira Guimarães, Nazaré, está situado na ARU da Praia da Nazaré, pelo que estão, assim, preenchidos os pressupostos necessários para a aplicação do IVA à taxa reduzida prevista na verba 2.23 da Lista I anexa ao CIVA relativamente a esta empreitada de reabilitação urbana na sua globalidade, ou, em alternativa e sem conceder, b.2) ateste que a obra é efetuada no âmbito do RRU e que o imóvel objeto desta mesma obra, sito na Avenida Vieira Guimarães, Nazaré, está parcialmente inserido na ARU da Praia da Nazaré, pelo que, estão assim preenchidos os pressupostos necessários para a aplicação do IVA à taxa reduzida prevista na verba 2.23 da Lista I anexa ao CIVA relativamente à parte da empreitada de reabilitação urbana localizada dentro desta mesma ARU."	€ 30 000,01	O Município da Nazaré interpôs, em 05.02.2023, recurso do despacho proferido em 20.01.2023 "In casu, estamos perante a prática de um ato de conteúdo negativo - recusa de emissão de certidão - sendo que o objeto do processo é a pretensão do interessado e não o ato de indeferimento, cuja eliminação da ordem jurídica resulta diretamente da pronúncia condenatória, ou seja, a pretensão da Autora é a emissão da certidão, tendo na sua génese o reconhecimento de que reúne todos os pressupostos para beneficiar da taxa de imposto (IVA) reduzida. A este respeito, dispõe o artigo 64º do CPTA, no seu n.º 1 que "quando, na pendência do processo, o ato impugnado seja objeto de anulação administrativa acompanhada ou sucedida de nova regulação, pode o autor requerer que o processo prossiga contra o novo ato com fundamento na reincidência nas mesmas ilegalidades, sendo aproveitada a prova produzida e dispondo o autor da faculdade de oferecer novos meios de prova" prevendo o n.º 3 que este n.º 1 é aplicável a todos os casos em que o ato impugnado seja, total ou parcialmente, alterado ou substituído por outro com os mesmos efeitos, "e ainda no caso de o ato anulatório já ter sido praticado no momento em que o processo foi intentado, sem que o autor disso tivesse ou devesse ter conhecimento." ii. "(...) indefere-se a pretensão da Entidade Demandada em oferecer nova contestação, ficando, à luz da norma já evidenciada, notificada a Autora, para que no prazo de 10 (dez) dias, caso pretenda, ofereça novos meios de prova.". Em 15.03.2023, foi proferido despacho a admitir o recurso interposto para o TCAS, a subír em separado, com efeito suspensivo. Neste momento o processo aguarda a prolação de acórdão pelo TCA Sul.	Este procedimento não implica pagamento de qualquer valor por parte do município (sem prejuízo de custas de parte, que não é expressivo)	
48/22.4BELRA	TAF Leiria	M. Couto Alves, S.A.	Câmara Municipal	Administrativa (Interpretação, validade ou execução de contratos)	"1. Deve o Réu ser condenado a reconhecer o direito da Autora à prorrogação legal do prazo da empreitada i) até 28.2.2020 (ou seja por mais 12,5 meses) e ii) entre 30.5.2020 e 13.10.2020 (ou seja, por adicionais 4,5 meses), e 2. Deve o Réu ser condenado a pagar à Autora a quantia de 333.572,25 € (trezentos e trinta e três mil quinhentos e setenta e dois euros e vinte e cinco cêntimos) acrescidos de juros sobre o capital de 296.502,48 € (duzentos e noventa e seis mil novecentos e dois euros e quarenta e oito cêntimos) desde a citação até efetivo pagamento. Subsidiariamente no que respeita ao pedido 2: 3. Deve o Réu ser condenado a pagar à Autora compensação para a ressarcir com os custos e prejuízos que sofreu, derivados de maior permanência em obra por causa a si, Autora, não imputável, com recurso à equidade e/ou a apurar mediante incidente de liquidação posterior, ou ainda, subsidiariamente, nos termos das regras do instituto do enriquecimento sem causa." (Pedido de reposição do equilíbrio financeiro - Centro de Saúde da Nazaré]"	€ 333 572,25	No dia 26 de Janeiro de 2023, veio a M. Couto Alves, S.A., requerer uma perícia que tem como objecto o seguinte: "I – Capítulo Primeiro – Período de execução da obra até 28.2.2020. 1. Apure, por referência aos métodos de determinação de atraso em empreitadas, preferencialmente o método time impact, à luz do plano de trabalhos, o impacto no prazo de execução da obra, das seguintes vicissitudes: 1.1. Da suspensão dos trabalhos de 14 de maio de 2018, decorrente da necessidade de execução dos trabalhos de demolição do edifício onde funcionava o Centro de Saúde; 1.2. Da (nova) suspensão dos trabalhos, determinada em 3 de setembro de 2018; 1.3. Da prorrogação legal de prazo até ao dia 31 de dezembro de 2019; 1.4. Da segunda prorrogação legal de prazo até ao dia 28 de fevereiro de 2020; 2. Apure a diferença de faturação entre a faturação prevista no cronograma financeiro ajustado à data da consignação e a faturação real da empreitada; 3. Considerando a resposta dada a 1., determine e justifique, com base nos documentos relativos à execução da obra e daqueles disponibilizados nos autos pela Autora, discriminando os elementos/rubricas considerados, os custos suportados pela Autora relativos a: 3.1. Estaleiro, nomeadamente considerando: 3.1.1. Mão de obra (incluindo custos com viaturas, equipamentos informáticos e telecomunicações) 3.1.2. Instalações; 3.1.3. Gastos Gerais e equipamentos ligeiros; 3.2. Em estrutura central da empresa/subfacturação, nomeadamente considerando: 3.2.1. Estrutura; 3.2.2. Afetação à obra; 3.2.3. Encargos; 3.2.4. (Im)possibilidade de absorção desses custos pelo atraso na faturação; 3.3. Encargos financeiros; 3.4. Lucros cessantes; 3.5. Encargos com garantias bancárias e seguros; II – Capítulo Segundo – Período da execução da obra após 28.2.2020, até 13.10.2020. 4. Apure, por referência aos métodos de determinação de atraso em empreitadas, preferencialmente o método time impact, à luz do plano de trabalhos, o impacto no prazo de execução da obra, das seguintes vicissitudes ocorridas posteriormente a 28.2.2020: 4.1. Pandemia de Covid 2019; 4.2. Alterações ao projeto e trabalhos complementares ordenados pelo Réu; 5. Considerando a resposta dada a 4, determine e justifique, com base nos documentos relativos à execução da obra e daqueles disponibilizados pela Autora nos autos, os custos suportados pela Autora, nos mesmos termos referidos em 3 e respetivos subpontos (mas com referência ao período de 28.2.2020 até 13.10.2020)." Despacho Saneador proferido em 23.01.2025, que admitiu a prova pericial requerida pelas partes, fixando, como objeto aquele que foi proposto pela Autora no requerimento, a fls. 2731 do Sítif e ampliado pelo Réu no requerimento, a fls. 2740 do Sítif. Por despacho de 5 de Setembro p.p., foi o Município notificado para, querendo, em 10 dias se pronunciar sobre a nomeação do perito (Eng.º Miguel Rui Vieira de Faria Neto) pela Ordem dos Engenheiros, não tendo deduzido qualquer oposição a esta. Aguarda elaboração do Relatório Pericial. Nota: Este processo foi à distribuição (por força da saída da juiz titular), pelo que, em princípio, irá ser-lhe atribuído novo número.	Ainda não dá para quantificar o risco do processo, relativamente a indemnização a pagar. Há argumentos invocados que, se acolhidos pelo tribunal, beneficiam o município, contudo existem fragilidades no processo da empreitada (ao nível da execução e da gestão da execução) que poderão dificultar uma decisão totalmente favorável. não se prevê decisão final transitada em julgado no corrente ano de 2025 nem,	
54/22.9BELRA	TAF Leiria	M. Couto Alves, S.A.	Município da Nazaré	Administrativa (Interpretação, validade ou execução de contratos)	"1. Deve o Réu ser condenado a reconhecer o direito da Autora à prorrogação legal do prazo da empreitada i) até 22.2.2020 (ou seja por mais 2,5 meses) e ii) entre 23.2.2020 e 30.9.2020 (ou seja, por adicionais 7,37 meses) e iii) entre 1.10.2020 e 31.1.2021 (ou seja por outros adicionais 4 meses), e 2. Deve o Réu ser condenado a pagar à Autora a quantia de 515.655,35 € (quinhentos e quinze mil seiscentos e cinquenta e cinco euros e trinta e cinco cêntimos), acrescida de juros sobre o capital de 462.848,11 € (quatrocentos e sessenta e dois mil oitocentos e quarenta e oito euros e onze cêntimos), à taxa legal aplicável aos créditos de que são titulares as empresas comerciais, desde a citação até efetivo pagamento. Subsidiariamente no que respeita ao pedido 2: 3. Deve o Réu ser condenado a pagar à Autora compensação para a ressarcir com os custos e prejuízos que sofreu, derivados de maior permanência em obra por causa a si, Autora, não imputável, com recurso à equidade e/ou a apurar mediante incidente de liquidação posterior, ou ainda, subsidiariamente, nos termos das regras do instituto do enriquecimento sem causa."	€ 515 655,35	Aguarda a marcação de Audiência Prévia / Julgamento.	Ainda não dá para quantificar o risco potencial do processo, relativamente indemnização a pagar. Há argumentos que, se acolhidos pelo tribunal, beneficiam o município, mas existem fragilidades na execução da empreitada que poderão dificultar uma decisão totalmente favorável. não vai haver transito em julgado em 2025 nem, previsivelmente, em 2026. A Audiência Prévia, irá permitir delimitar o objeto do processo e	
414/23.8BELRA	TAF Leiria	Orbitur, SA	Município da Nazaré	Administrativa (Condenação à prática de atos administrativos devidos)	" a) Condenado a deferir o pedido de revisão de classificação do seu empreendimento turístico, tal como foi requerido em 17.09.2021; SUBSIDIARIAMENTE b) Condenado a decidir o requerimento apresentado, considerando o tipo legal de acto e as vinculações às quais está adstrito, sem reincidir nas ilegalidades do ato de indeferimento."	€ 30 000,01	Aguarda a marcação da Audiência Prévia.	Não se prevê impacto Financeiro. Se a sentença for favorável à outra parte pode acontecer que a mesma venha pedir, em processo autónomo ou por apenso, indemnização.	
184/23.OBECBR	TAF Coimbra	Raimundo & Maia S.A.	Câmara Municipal	Administrativa	"Com base no que se deixou exposto, liquidam-se os prejuízos na actividade comercial da Autora, em termos de capacidade produtiva, desde Setembro de 1998 até Janeiro de 2003 na quantia de €226.025,43, assim discriminada: a) O montante de €139.092,93 relativo ao prejuízo total pela área não utilizada; b) O montante de €86.932,50 relativo ao prejuízo total por tempo não utilizado."	€ 226.025,43	O processo, neste momento, aguarda a marcação da Audiência de Julgamento.	Vai existir sempre indemnização. Discute-se o quantitativo. A forma de apuramento parece-nos excessiva e pouco idónea, mas fará sentido provisionar alguma percentagem, propondo-se 25% do valor que é reclamado,	

923/23.9BELRA	TAF Leiria	Zeidan Khaled Sa'oud Al-Hiyasat	Câmara Municipal	Administrativa	"A) SER DECLARADO NULO O ATO ADMINISTRATIVO IMPUGNADO, POR OFENSA AO CONTEÚDO ESSENCIAL DE UM DIREITO FUNDAMENTAL E PELA PRETERIÇÃO DO PROCEDIMENTO LEGALMENTE EXIGIDO, NOS TERMOS DO ARTIGO 161., N.º 1, ALÍNEAS D) E L) DO CÓDIGO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO; OU, CASO ASSIM NÃO SE ENTENDA, SUBSIDIARIAMENTE, B) SER ANULADO O ATO ADMINISTRATIVO IMPUGNADO, POR PRETERIÇÃO, NÃO JUSTIFICADA, DOS PRINCÍPIOS E NORMAS JURÍDICAS APLICÁVEIS AO PROCEDIMENTO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 1 DO ARTIGO 163.º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, E, EM QUALQUER CASO, C) SER O RÉU CONDENADO NA PROCURADORIA CONDIGNA E RESPECTIVAS CUSTAS JUDICIAIS."	€ 30 000,01	O Município da Nazaré foi citado em 04.09.2023, tendo apresentado a sua contestação em 16.10.2023. Por sentença proferida em 8 de Abril de 2025, foi o Município da Nazaré absolvido da instância. Por não se conformar com esta decisão, o Autor ZEIDAN KHALED SA'OUUD AL-HIYASAT, em 21.05.2025, interpôs recurso. O Município da Nazaré respondeu a este recurso, estando o processo a aguardar prolação de acórdão pelo TCA Sul.	Não se prevê que este processo tenha impacto financeiro direto no Município	
2319/24.6BEPRT	TAF Leiria	RUCE – CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA, LDA	Município da Nazaré	Administrativa (Impugnação de atos relativos à formação de contratos)	"a) Deverá ser, consoante o caso, anulado ou declarado nulo o ato de adjudicação notificado aos concorrentes no dia 16.10.2024, com todas as devidas e legais consequências daí decorrentes; b) Deverá ser declarada a ilegalidade da exclusão da proposta apresentada pela Autora ao procedimento pré-contratual supra identificado, com todas as devidas e legais consequências daí decorrentes; Consequentemente, c) Deverá ser declarada a ilegalidade do ato de adjudicação notificado aos concorrentes no dia 16.10.2024, com todas as devidas e legais consequências daí decorrentes; Consequentemente, d) Deverá o Réu condenado a admitir a proposta da Autora, em virtude a mesma não padecer de quaisquer causas de exclusão com todas as devidas e legais consequências daí decorrentes; Consequentemente, e) Ser o Réu condenado a proferir ato de adjudicação do contrato a celebrar no âmbito do procedimento pré-contratual supra identificado à proposta da Autora. E, cumulativamente, f) Ser declarado ilegal qualquer contrato que tenha ou venha a ser eventualmente celebrado no âmbito do procedimento pré-contratual supra identificado, sem a prévia reposição da legalidade procedimental, com todas as devidas e legais consequências daí decorrentes."	9 311 839,29 €	Sentença proferida no passado dia 17 de Janeiro, que julgou a ação improcedente e, em consequência, absolveu o Município da Nazaré dos pedidos. Por não concordar com esta decisão, veio a Requerente RUCE, no dia 6 de Fevereiro, interpôr recurso para o TCA Sul. No passado dia 18 de Junho, foi o Município da Nazaré notificado do Acórdão do TCA Sul que negou provimento ao recurso e confirmou a sentença recorrida. FINDO	Este procedimento não implica pagamento de qualquer valor por parte do município (sem prejuízo de custas de parte, que não seria expressivo). No caso da autora ganhar o processo (o recurso) o que não é previsível, é que poderia vir a ter direito a indemnização, em sede de procedimento/incidente autónomo, ainda que por	
8/25.3BELRA	TAF Leiria	NATURUMM – ANIMAÇÃO TURÍSTICA, UNIPessoal, LDA	Município da Nazaré	Administrativa (Suspensão da eficácia de ato)	"a) suspender a eficácia dos artigos 2º, nºs 2 e 3, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, nºs 2 e 3, 11º, 12º, nº 2, 13º, nº 1, alínea a), 14º, nº 1, 16º, nº 1, alíneas a), b) e e), e 20º, todos do Regulamento nº 959/2020, de 30 de outubro, ou, caso assim não se entenda; b) atribuir provisoriamente à Requerente licença de circulação de veículos afetos à atividade de animação turística no Município do Requerido; nou, caso assim não se entender, c) adotar outra providência que porventura o Tribunal julgue mais adequada, tudo com as devidas e legais consequências."	30 000,01 €	O Município da Nazaré foi citado em 07.01.2025, tendo apresentado a sua Oposição em 24.01.2025. Em 13.04.2025, foi proferida sentença que decidiu julgar improcedente ação intentada pela Requerente NATURUMM – ANIMAÇÃO TURÍSTICA, UNIPessoal, LDA e, em consequência, absolveu o MUNICÍPIO DA NAZARÉ dos pedidos, não se decretando as providências requeridas. Em 02.05.2025, A Requerente interpôs recurso desta decisão, tendo o Município contra-alegado em 23.05.2025. Este processo, neste momento, aguarda prolação de Acórdão pelo TCA Sul.	Este procedimento não implica pagamento de qualquer valor por parte do município (sem prejuízo de custas de parte, que não é expressivo)	
38/25.5BELRA	TAF Leiria	Peppybreeze - Unipessoal, Lda.	Município da Nazaré	Administrativa (Suspensão da eficácia de norma)	"a) suspender a eficácia dos artigos 2º, nºs 2 e 3, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, nºs 2 e 3, 11º, 12º, nº 2, 13º, nº 1, alínea a), 14º, nº 1, 16º, nº 1, alíneas a), b) e e), e 20º, todos do Regulamento nº 959/2020, de 30 de outubro, ou, caso assim não se entenda; b) atribuir provisoriamente à Requerente licença de circulação de veículos afetos à atividade de animação turística no Município do Requerido; nou, caso assim não se entender, c) adotar outra providência que porventura o Tribunal julgue mais adequada, tudo com as devidas e legais consequências."	30 000,01 €	O Município da Nazaré foi citado em 13.01.2025, tendo apresentado a sua Oposição em 27.01.2025. Em 03.04.2025, foi proferida sentença que julgou improcedente o processo cautelar e, em consequência, indeferiu as providências cautelares requeridas. FINDO	Este procedimento não implica pagamento de qualquer valor por parte do município (sem prejuízo de custas de parte, que não é expressivo)	
95/25.4T8NZR	Juízo de Competência Genérica da Nazaré	Herança Aberta Por Óbito de José de Castro Codinha	Município da Nazaré	Ação de Processo Comum	"deve o Réu ser condenado a reconhecer o direito de propriedade da Autora sobre a parcela D que corresponde atualmente ao artigo matricial rústico 498 secção n.º U1-U19, assim, deve o Réu ser condenado a: a) Reconhecer o direito de propriedade da herança de José de Castro Codinha sobre a parcela com a área de 225m2, que faz parte do prédio rústico inscrito sob o art.º 498 Secção U1 a U19 e da descrição n.º 2317, da freguesia de Nazaré, correspondente ao Talhão D constante do mapa acima mencionado e ao foro remido por estes em 22 de Julho de 1946; b) Reconhecer o direito da propriedade das herdeiros de José de Castro Codinha sobre a parcela com a área de 557,5m2, que faz parte do prédio rústico inscrito sob o art.º 498 Secção U1 a U19 e da descrição n.º 2317, da freguesia de Nazaré, adquirido pelo instituto da usucapião;c) A obstar de praticar actos que coloquem em causa a posse da Autora;"	4.49€	O Município da Nazaré foi citado em 28.04.2025, tendo apresentado a sua Contestação em 28.05.2025. O processo, neste momento, aguarda a marcação da Audiência Prévia ou de Julgamento.		
8/25.3BELRA -A	TAF Leiria	NATURUMM – ANIMAÇÃO TURÍSTICA, UNIPessoal, LDA	Município da Nazaré	1ª Espécie - Ação administrativa	"... seja a ação julgada procedente, por provada e, em consequência: a) sejam declaradas ilegais as normas contidas nos artigos 2º, nº 2, 3º, nºs 2 e 3, 4º, 5º, 6º, e 7º, 8º, nºs 2 e 3, 11º, 12º, nº 2, 13º, nº 1, alínea a), 14º, nº 1, 16º, nº 1, alíneas a), b) e e), e 20º do Regulamento Municipal de Circulação de Veículos Afetos à Atividade de Animação Turística do R., com a consequente invalidação dos atos praticados no procedimento concursal sub judice; ou, se assim não se entender, b) seja anulado o ato de exclusão da sua proposta pela deliberação da reunião de Câmara realizada em 09.12.2024, que aprovou o Relatório Final no âmbito do Concurso Público para atribuição de licenças de circulação de veículos afetos à atividade de animação turística, junto como doc. 1, com vista à sua anulação jurisdicional; e, c) seja o R. condenado à prolação de ato que o substitua por decisão de admissão da proposta da A. e à atribuição da respetiva licença de circulação de veículos afetos à atividade de animação turística;"	30 000,01 €	O Município da Nazaré foi citado em 27.03.2025, tendo apresentado a sua Contestação em 06.5.2025. O processo, neste momento, aguarda a marcação da Audiência Prévia ou de Julgamento.	Este procedimento não implica pagamento de qualquer valor por parte do município (sem prejuízo de custas de parte, que não é expressivo)	
38/25.5BELRA-A	TAF Leiria	Peppybreeze - Unipessoal, Lda.	Município da Nazaré	1ª Espécie - Ação administrativa	"... seja a ação julgada procedente, por provada e, em consequência: a) sejam declaradas ilegais as normas contidas nos artigos 2º, nº 2, 3º, nºs 2 e 3, 4º, 5º, 6º, e 7º, 8º, nºs 2 e 3, 11º, 12º, nº 2, 13º, nº 1, alínea a), 14º, nº 1, 16º, nº 1, alíneas a), b) e e), e 20º do Regulamento Municipal de Circulação de Veículos Afetos à Atividade de Animação Turística do R., com a consequente invalidação dos atos praticados no procedimento concursal sub judice; ou, se assim não se entender, b) seja anulado o ato de exclusão da sua proposta pela deliberação da reunião de Câmara realizada em 09.12.2024, que aprovou o Relatório Final no âmbito do Concurso Público para atribuição de licenças de circulação de veículos afetos à atividade de animação turística, junto como doc. 1, com vista à sua anulação jurisdicional; e, c) seja o R. condenado à prolação de ato que o substitua por decisão de admissão da proposta da A. e de exclusão da proposta apresentada pelo contrainteresado DINO MANUEL FANECA ESTRELINHA e, bem assim, à atribuição da respetiva licença de circulação de veículos afetos à atividade de animação turística ao A.;"	30 000,01 €	O Município da Nazaré foi citado em 08.04.2025, tendo apresentado a sua Contestação em 14.05.2025. O processo, neste momento, aguarda a marcação da Audiência Prévia ou de Julgamento.	Este procedimento não implica pagamento de qualquer valor por parte do município (sem prejuízo de custas de parte, que não é expressivo)	
745/25.2BELRA	TAF Leiria	MARIA DE FÁTIMA DE ALMEIDA E SOUSA	Município da Nazaré	Administrativa	"Deve a presente acção ser julgada procedente, por provada, e, assim, Anular-se a douta decisão, e, em consequência Reconhecer-se e declarar-se que o acidente se deveu única e exclusivamente à incuria do R, sendo este declarado como único culpado na produção do sinistro. Condenar-se o R a pagar à A a quantia de € 5 000, 00 a título de danos não patrimoniais, acrescida de juros vincendos até integral e efectivo pagamento Deve ainda o R ser condenado em custas (incluindo custas de parte), pagamento dos honorários de patrono e procuradoria condigna - Tudo com o mais de Direi!"	5 000,00 €	Fomos citados em 14.07.2025. Apresentámos contestação em 29.09.2025. O processo, neste momento, aguarda a marcação da Audiência Prévia ou de Julgamento.		

1432/25.78BELRA-A	TAF Leiria	RUI ALBERTO VARELA REMÍGIO e ANA PAULA ALBANO VIEGAS GODINHO VARELA REMÍGIO	Município da Nazaré	Outros processos cautelares	<p>"... deverá o presente procedimento cautelar ser julgado totalmente procedente, por provado, condenando-se o requerido, no prazo máximo de 15 dias contados da prolação da sentença, a:</p> <p>a) Suspender a eficácia da decisão de aprovação do projeto de arquitetura apresentado pelos contrainteressados junto do requerido, referente ao prédio sito na Rua do Elevador, n.º 26;</p> <p>b) Suspender o procedimento urbanístico número 756/24, aberto na sequência do pedido de licenciamento apresentado pelos contrainteressados, até que sejam conhecidos os resultados do exame e cumpridas as suas recomendações dos Senhores Peritos da OZ, Lda., permitindo que a inspeção recomendada pela OZ, Lda., seja realizada antes da prática de qualquer outro ato no referido procedimento;</p> <p>c) Suspender o procedimento urbanístico número 756/24 até que a distância projetada entre o prédio de requerentes e contrainteressados seja, pelo menos, de 1,20m (no máximo 1,19m);</p> <p>d) Notificar os contrainteressados para, no espaço de tempo mais curto possível, e antes de avançarem com qualquer ato de execução da obra, ordenarem a inspeção às fundações recomendada pelos Senhores Peritos da OZ, Lda.;</p> <p>Ou, caso assim não se entenda, ou caso os contrainteressados não ordem a inspeção motu proprio,</p> <p>e) Tomar posse administrativa do prédio dos contrainteressados, promovendo a inspeção requerida no espaço de tempo mais curto possível.</p> <p>Por fim, requer-se, ao abrigo do artigo 121.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, que a decisão de procedência do presente processo cautelar constitua a decisão final da ação principal já instaurada."</p>	30 000,01 €	Fomos citados em 22.10.2025. Apresentámos contestação em 13.11.2025. O processo, neste momento, aguarda a citação de uma co-Ré.		
3759/25.9T8LRA	Juízo Central Cível de Leiria - Juiz 1	MARIA LOPES COUTINHO DELGADO	Câmara Municipal	Ação de Processo Comum	<p>"... deve a presente Ação Declarativa de Condenação ser considerada procedente, por provada e em consequência:</p> <p>a) Ser reconhecida a violação do direito de propriedade da A. e a consequente privação de uso, fruição e disposição da sua propriedade pelas RR., por mais de quarenta anos;</p> <p>b) Serem as RR. condenadas solidariamente no pagamento à A. da quantia de €200.000,00 (duzentos mil euros) a título de indemnização por danos patrimoniais, pela ocupação ilegal do prédio rústico da A, tudo nos termos dos artigos 483º, número 1, 562º, 563º e 566º, n.º 1, do Código Civil;</p> <p>c) Serem as RR. condenadas no pagamento à A. da quantia de €50.000,00 (cinquenta mil euros), a título de indemnização por danos não patrimoniais, nos termos do artigo 566º, número 3, do Código Civil;</p> <p>d) Mais se requer que as RR. sejam condenadas nas custas, custas de parte e procuradoria condigna, segundo-se os posteriores termos até final."</p>	250.000,00 €	Fomos citados em 10.10.2025. Em prazo para contestar.		
1621/25.4BELRA	TAF Leiria	JOÃO ALVES CORREIA	Câmara Municipal	Administrativa	<p>"... deve a presente Ação ser julgada procedente, por provada e, em consequência, deverá ser declarada a nulidade do acto impugnado, ou, quando assim se não entenda, a sua anulabilidade." (Ordem de demolição - Proc. FIS n.º 62/23)</p>	15 000,00 €	Fomos citados em 04.11.2025. Em prazo para contestar.		
1585/25.4BELRA	TAF Leiria	WILDEXTRAVAGANCE - UNIPessoal LDA	Município da Nazaré	Outros processos cautelares	<p>"a) A suspensão imediata da eficácia das decisões impugnadas até ao trânsito em julgado da ação de que este procedimento é dependente, a saber Proc 1353/25.3BELRA - Ou 1;</p> <p>b) A proibição de lançamento de novo concurso ou adjudicação até trânsito em julgado da ação principal acima referida, de que este procedimento é dependente;</p> <p>c) A condenação da entidade demandada em custas."</p>	30 000,01 €	Fomos citados em 25.11.2025. Em prazo para deduzir Oposição a este procedimento cautelar.		